


Reflexões educacionais de Gramsci a partir do Cárcere: notas sobre educação repressivaⁱ


 @percursos_revista


 /revpercursos

Anita Helena Schlesener

Universidade Tuiuti do Paraná (UTP)
Curitiba, PR - Brasil

 lattes.cnpq.br/9617648836292663

 orcid.org/0000-0002-5185-2604
anitahelena1917@gmail.com

 <http://dx.doi.org/10.5965/19847246252024e0209>

Para citar artigo:

SCHLESENER, Anita Helena. Reflexões educacionais de Gramsci a partir do Cárcere: notas sobre educação repressiva. *PerCursos*, Florianópolis, v. 25, e0209, 2024.



Reflexões educacionais de Gramsci a partir do Cárcere: notas sobre educação repressiva

Resumo

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a educação repressiva como fundamento da sociedade capitalista que, de forma latente ou real, é permeada em sua estrutura social e política pela violência. O aporte teórico é o materialismo histórico a partir dos escritos de Antonio Gramsci, para o qual o modo de vida e as formas de organização coletiva vivem um processo formativo permanente. Iniciamos com os escritos políticos de 1916 a 1920, nos quais a reflexão sobre a censura exercida pelo Estado italiano no período da Primeira Grande Guerra, o recrudescimento da reação e da violência quando a ordem do capital perde o domínio das forças produtivas, até a pressão permanente na luta política e na posterior repressão ostensiva do movimento fascista. Na sequência, recuperamos, em notas, as reflexões do autor sobre educação repressiva nas Cartas do Cárcere.

Palavras-chave: educação; educação repressiva; política; ideologia; Antonio Gramsci.

Gramsci's educational reflections from Prison: notes on repressive education

Abstract

This article aims to reflect on repressive education as the foundation of capitalist society that, in a latent or real way, is permeated in its social and political structure by violence. The theoretical contribution is the historical materialism of Antonio Gramsci's writings, for which the way of life and the forms of collective organization live a permanent formative process. We begin with the political writings from 1916 to 1920, in which the reflection on the censorship exercised by the Italian State in the period of the First World War, the resurgence of reaction and violence when the order of capital loses control of the productive forces, to the pressure permanent political struggle and subsequent ostensive repression of the fascist movement. Next, we recover in notes the author's reflections on repressive education in Prison Letters.

Keywords: education; repressive education; politics; ideology; Antonio Gramsci.

1 Introdução

Mesmo o dilúvio não durou eternamente. Veio o momento em que as águas negras baixaram. Sim, mas quão poucos sobreviveram! (Brecht, 1986, p. 316).

As pesquisas em torno dos escritos de Antonio Gramsci nos têm motivado tanto a aprofundar o significado dos seus conceitos quanto em retomar seus escritos para entender a nossa realidade. As contradições que permeiam a estrutura da sociedade capitalista nos instigam a questionar o conjunto de relações sociais, políticas e culturais a fim de compreender a prática educativa no contexto das correlações de força que constituem nossas circunstâncias históricas.

O tema da educação é fundamental nos escritos gramscianos, desde o contexto nacional e internacional das relações de hegemonia, ou seja, a vida de cada um e do coletivo na sua inserção social é um processo formativo permanente. Nossas pesquisas têm se desenvolvido em torno das condições sociais e políticas da educação repressiva, como característica da sociedade capitalista que, de forma latente ou real, é permeada em sua estrutura pela violência que, potencialmente, converge na organização estatal. Já dizia Hobbes (1974) que a criação do Estado foi uma necessidade para superar a permanente situação de insegurança e medo vividos no estado de natureza; é também com a constituição do Estado civil que se institui a propriedade privada, a "distinção entre o meu e o teu", que não existia no estado de natureza, no qual cada coisa pertencia a quem se apropriasse dela e a conservasse pela força.

Para Hobbes (1974), o Estado nasce de um acordo, uma decisão voluntária e consensual que envolve um grande número de indivíduos, os quais se despojavam dos direitos naturais que detinham para gerar um poder comum acima das partes contratantes e isento de qualquer obrigação, que tem poder absoluto sobre elas. A força passa a ser monopólio do Estado, que tem o poder de elaborar e aplicar as leis, garantir a vida e a paz, além de estipular as regras que garantam a propriedade privada.

Marx e Engels (1978) concebem as relações humanas como fruto do modo de produção instituído, demonstrando que a sociedade capitalista está dividida em classes

sociais antagônicas, engendradas no processo de organização das relações de produção, que têm como base a propriedade privada, a concentração dos meios de produção e a exaustiva exploração da força de trabalho. Numa sociedade assim dividida, o Estado desempenha o papel básico de criar e manter as condições para o domínio de uma classe, é um instrumento de poder que preserva e garante a dominação para as classes que detêm o poder econômico.

Neste contexto, a violência se torna intrínseca às relações de produção, a partir das quais tomam dimensões inusitadas na miséria, na fome, na prostituição, no tráfico e na dependência de drogas, nas enfermidades, nas condições desumanas de vida nas periferias dos centros urbanos, na ameaça permanente do desemprego etc. Essa violência instalada se reproduz e repercute também no processo educativo que tentamos explicitar enquanto educação repressiva, voltando-nos aqui para os escritos de Antonio Gramsci.

As bases da educação repressiva podem ser encontradas tanto em seus escritos políticos de 1916 a 1926, quanto em suas cartas e escritos do cárcere. Nos escritos políticos, observam-se a reflexão sobre a censura exercida pelo Estado italiano no período da Primeira Grande Guerra, o recrudescimento da reação e da violência quando a ordem do capital perde o domínio das forças produtivas, até a pressão permanente na luta política e na posterior repressão ostensiva do movimento fascista.

Nos Cadernos do Cárcere, a educação repressiva se apresenta como uma necessidade histórica para a adaptação da força de trabalho aos interesses da ordem do capital. O controle repressivo do Estado precisa maquiarse com os instrumentos da ideologia, nas suas várias nuances, como foi o caso da implementação do fordismo no processo produtivo norte-americano, acompanhado do aparato ideológico denominado americanismo.

Essa situação nos motivou a retomar algumas anotações de Gramsci (1977) sobre a estrutura da sociedade que se constitui na ordem capitalista e que depende de uma educação repressiva para se consolidar e se perpetuar. Preso em 1926 pelo regime fascista, Gramsci passou os primeiros 16 dias de encarceramento em isolamento absoluto no cárcere Regina Coeli, em Roma e, na sequência, foi transferido para outras prisões até ser encaminhado para a ilha de Ustica, que abrigava cerca de 1.300 habitantes, sendo 600

deles presos comuns. Esse período que nosso autor passou na ilha foi muito rico em experiência de vida coletiva, que foi documentada em cartas, das quais retomamos o texto que segue:

Eu julgava que duas obras-primas (estou falando sério) concentravam a experiência milenar dos homens no campo da organização de massa: o manual do cabo e o catecismo católico. Estou certo de que cabe acrescentar, se bem que num campo mais restrito e de caráter excepcional, o regulamento carcerário, que encerra verdadeiros tesouros de introspecção psicológica (Gramsci, 1975, p. 74).

A observação acima tem um importante significado para a compreensão do processo educativo na esfera da organização de massa e na dimensão da ideologia na formação da subjetividade das classes trabalhadoras. Manual do cabo, catecismo e Manual do cárcere são metáforas que expressam os instrumentais de doutrinação milenar, visto que o exército e a Igreja exercem há séculos a formação continuada das classes populares com um conteúdo ideológico apresentado como verdade universal e no qual a prisão é o mecanismo de exclusão mais efetivo da sociedade capitalista.

Para refletir sobre as possibilidades futuras de uma educação emancipatória, temos que explicitar as formas e nuances da educação repressiva. Em publicação anterior¹, traçamos um percurso histórico para mostrar que a repressão faz parte do processo educativo desde a origem da formação da sociedade. Neste artigo, tencionamos retomar algumas reflexões de Gramsci sobre o tema, desenvolvidas por ele a partir da análise da estrutura econômica, social e política da Itália no início do século XX.

Nesta perspectiva, buscamos os escritos de 1916 a 1920, período da Primeira Grande Guerra e de conflitos sociais intensos na Itália com a ascensão do fascismo, para explicitar o conceito de violência. Em seguida, prosseguimos com a leitura de artigos do jornal *L'Ordine Nuovo*, sempre a propósito da educação da classe trabalhadora. Na sequência, recuperamos, em notas, as reflexões do autor sobre educação repressiva nas Cartas e nos Cadernos do Cárcere.

¹ SCHLESENER, Anita Helena. *Educação repressiva: as várias faces da repressão na formação da sociedade*. Ponta Grossa: Ed.UEPG, 2019.

2 Censura e reação: a questão política e seus desdobramentos na educação

Os escritos de Gramsci publicados nos jornais socialistas entre 1916 e 1920 salientam as difíceis condições da imprensa e dos movimentos sociais ante a severidade das leis de controle exaradas pelo Estado italiano. Os artigos sobre a censura e a reação italiana são marcantes a propósito da educação repressiva produzida na imposição da autoridade e no abuso de poder exercido por agentes de segurança e por políticos cuja falta de caráter e de energia moral são evidentes. As descrições que encontramos em vários artigos mostram que a sociedade parece viver em um permanente Estado de exceção porque, “no reino da Itália, há uma categoria de homens que se vestem em trajes civis, mas levam uma licença no bolso, que lhes permite tudo o que é proibido aos demais”, e este documento oficial lhes permite maltratar, espancar e prender sem justificativa legal (Gramsci, 1975c, p. 226).

Neste contexto, a Segurança Pública torna-se a soberana da vida social, “portadora de todos os privilégios e detentora do poder mais odioso”, que se traduz em “estrangular e triturar qualquer pessoa que tenha conservado uma ideia independente” (Gramsci 1975d, p. 69). Controlam a vontade e a vida dos cidadãos que, por terem sido submetidos a uma educação repressiva ao longo de suas vidas, não têm consciência clara de seus direitos civis. A “censura é o método de governo do Estado italiano que se tornou paterno e despótico sob o verniz superficial da ênfase democrática” (Gramsci, 1975c, p. 453)

A constante reação tem desdobramentos na sociedade civil, que interioriza o autocontrole e abre caminho para a destruição dos elos sociais: depois de cinco anos de guerra “todas as garantias de liberdade foram suprimidas; toda segurança e normalidade da vida jurídica desapareceu” e, a partir do regime de decretos, o Estado “tornou-se o árbitro supremo de nossos destinos, de nossa vida fisiológica elementar e da vida espiritual superior”. A sociedade civil foi tomada pela “desordem e pelo marasmo: todas as atividades dos cidadãos são controladas”, teve “todos os seus vínculos coletivos dissolvidos e foi reduzida ao seu elemento primordial: o individualismo” (Gramsci, 1975b, p. 3-4).

Com a mobilização dos operários e a possibilidade de incremento do movimento insurgente, a imprensa conservadora solicita abertamente a reação, ou seja, apela por “um homem, que reconduza à ordem e à disciplina”; e indica explicitamente quais as forças subversivas: os jornais *L’Ordine Nuovo* e *Avanti!*, de Turim, e o *Umanità Nova*, de Milão. A análise conjuntural da situação italiana que Gramsci apresenta em artigo publicado no jornal *L’Ordine Nuovo*, em outubro de 1920, parece um prenúncio do que se seguiu na Itália a partir da ascensão do fascismo: o terror, a violência brutal contra aqueles que ousavam pensar diferente e lutar por uma nova ordem social e política (Gramsci, 1975b, p. 349-351). A sociedade sofreu tanto a violência ostensiva na repressão às suas manifestações políticas quanto a violência dissimulada na rigorosa disciplina e na veiculação de valores conservadores.

A reação que sempre existiu, que obedece às leis próprias do desenvolvimento, culminará no terrorismo mais funesto que se tenha visto na história. [...] A reação é o desenvolvimento da falência da guerra imperialista, é o desenvolvimento das desastrosas condições econômicas às quais o capitalismo reduziu o povo italiano, é o desenvolvimento das ilusões nacionalistas e das desilusões oportunistas de um Estado que não consegue assegurar o pão, o teto, a vestimenta à população (Gramsci, 1975b, p. 351).

A precisão da análise se apresenta no fato de Gramsci acentuar que a reação é a tentativa de superar a crise econômica provocando uma nova guerra, que podemos alinhar com a sua leitura posterior da reação como forma imperialista de garantir os pressupostos do capitalismo, “expressão do regime de propriedade privada e nacional que pretende, a todo custo, salvar-se do abismo”. A iminência de uma segunda guerra mundial é vista por Gramsci como o caminho imperialista para solucionar as crises econômicas nacionais (Gramsci, 1975b, p. 351).

Essa análise se aprofunda em novo artigo de novembro de 1920 denominado: O que é a reação? Nele, Gramsci faz afirmações contundentes sobre o avanço da reação pela atuação do Estado, que deve cada vez mais “intervir direta e violentamente na luta de classes, para reprimir as tentativas que o proletariado faz no caminho de sua emancipação” (Gramsci, 1975b, p. 366). E mais:

Esta “reação” não é somente italiana: é um fenômeno internacional, porque o capitalismo, não apenas na Itália, mas em todo o mundo, tornou-se incapaz de dominar as forças produtivas. O fenômeno do “fascismo” não é somente italiano, assim como não é apenas italiano o formar-se do Partido Comunista. O “fascismo” é a fase preparatória da restauração do Estado, ou seja, de um recrudescimento da reação capitalista, de um endurecimento da luta capitalista contra as exigências mais vitais da classe proletária. O fascismo é a ilegalidade da violência capitalista; a restauração do Estado é a legalização desta violência (Gramsci, 1975b, p. 366).

Na análise gramsciana, a reação é um fenômeno do capitalismo imperialista, que teve sua manifestação inicial na Primeira Grande Guerra, demonstrando a “incapacidade capitalista de dominar as forças produtivas mundiais sem a intervenção ativa e permanente da violência direta” (Gramsci, 1975b, p. 366). A violência explícita é a forma de a ordem do capital enfrentar as suas crises econômicas ou as crises orgânicas que se expressam principalmente como crise de autoridade. Os movimentos insurgentes e a sua desmobilização servem como motivo para acirrar o controle e a reação, cuja maneira de atuar é eliminar as possibilidades de manifestação autônoma que caracterizam tais movimentos, destruindo as relações de pertencimento a um grupo social.

Gramsci acentua em vários momentos que a reação sempre existiu na Itália, de modo que a sociedade civil, a partir de sua formação, aceita passivamente a ordem e a disciplina impostas, tornando-se como “uma caserna aniquilada, regida pela irresponsabilidade na desordem e no caos”, uma “realidade burguesa asfixiante que impulsiona a sociedade a um abismo de indisciplina, de frenesi, de caos homicida”, como uma “camisa de força que os torna loucos e exasperados”. Todas as garantias sociais e todos os elos coletivos desaparecem e o indivíduo fica sozinho e abandonado pelo Estado (Gramsci, 1975b, p. 3).

Neste contexto histórico, a educação repressiva enraizada num regime patriarcal e sedimentado na religião, forma a subjetividade das novas gerações para dar continuidade às relações patriarcais. Os filhos são gerados com o objetivo de garantir a sobrevivência dos idosos; as mulheres, para serem subordinadas aos homens como reprodutoras ou como mão de obra mais barata nas relações de trabalho em que, para competir, precisam demonstrar qualidades superiores (Gramsci, 1975).

Uma sociedade com uma tradição arcaica, culturalmente conservadora que, num contexto de dominação fascista, é uma sociedade envelhecida, sem perspectiva de futuro. “Uma das faces mais chamativas e vistosas do caráter italiano é a hipocrisia”, em todas as formas de vida. A “desconfiança recíproca, o subentendido desleal” corroem todas as formas de relações e inviabilizam a vida coletiva. A hipocrisia do caráter italiano depende unicamente da falta de liberdade, é “uma consequência de uma educação jesuítica que é ministrada nas escolas e nas famílias” e que se reflete na vida cotidiana. A hipocrisia pode ser uma forma de resistência à educação repressiva. Para modificar essa situação seria necessária uma liberdade sem limites, com “maiores garantias de independência moral, de integridade e segurança corporal”. A permanente vigilância e a educação repressiva “sufoca toda tentativa de liberação moral” (Gramsci, 1975d, p. 93-94).

As consequências de uma educação repressiva marcam a vida social e levam à criação de mecanismos de defesa individual: Galeano (2002) acentua que o controle e a violência na educação geram procedimentos equivocados, ensinam a criança a mentir para se esquivar da repressão. Gramsci (1975d) salienta que a repressão política e o controle da expressão do pensamento geram a interiorização da repressão, um controle interno que se torna imperceptível com o tempo; quem escreve tenta burlar a censura com metáforas, para evitar que sequestram, queimem e destruam a riqueza expressiva.

Do ponto de vista social, política, economia e cultura se articulam, de modo que a educação repressiva tem desdobramentos no modo de vida, de percepção do tempo e do espaço, de desenvolvimento da própria economia, da criatividade, da realização pessoal por meio do trabalho e da inserção social, com consequências desastrosas sobre a compreensão da realidade.

O que é a liberdade para quem não sabe o que fazer com ela, para quem a liberdade não é um valor econômico, a possibilidade de trabalhar, de produzir, de qualquer modo? A liberdade individual, a segurança contra os abusos de autoridade é conquista do trabalho, da produção, das sociedades bem-organizadas (Gramsci, 1975d, p. 172).

A liberdade individual depende de como se organiza a sociedade, gerando condições de liberdade para todos, na “busca contínua de novas formas de vida, de novas relações, que se adequem às necessidades dos homens e dos grupos, para que todas as iniciativas sejam respeitadas, desde que úteis”, e que todas as liberdades sejam tuteladas, desde que não sejam privilégio de uns sobre outros (Gramsci, 1975d, p. 174).

A educação emancipatória, portanto, é condição para a transformação social e para a vivência efetiva da liberdade individual e coletiva. Uma nova sociedade requer uma nova educação. As “associações proletárias educam os indivíduos a encontrarem na solidariedade o maior desenvolvimento” de sua individualidade. A organização e a participação coletiva precisam substituir o individualismo no sentido da responsabilidade social, do respeito pelos outros, na “convicção de que somente a liberdade para todos é a garantia da liberdade individual” (Gramsci, 1975d, p. 188).

3 Notas sobre os manuais a partir das Cartas do Cárcere

Os três manuais citados na carta de 11 de abril de 1927 referem-se à educação no exército, ao ensino religioso em suas variadas formas (catecismo, seminário, jesuitismo, etc.) e à rigidez dos sistemas prisionais e seus regulamentos carcerários, dispositivos metodológicos de controle social por meio da educação. Esses instrumentos de educação repressiva precisam ser entendidos no contexto das relações sociais e políticas instituídas a partir da estrutura do Estado burguês. Gramsci faz alguns comentários interessantes sobre como um Estado se organiza combinando armas e religião, como a reflexão sobre Guicciardini:

Afirmção de Guicciardini que para a vida de um Estado duas coisas são absolutamente necessárias: as armas e a religião. A fórmula de Guicciardini pode ser traduzida em diversas outras fórmulas, menos drásticas: força e consenso, coerção e persuasão, Estado e Igreja, sociedade política e sociedade civil, política e moral (história ético-política de Croce), direito e liberdade, ordem e disciplina, ou, com um juízo implícito de sabor libertário, violência e fraude (Gramsci, 1977, Q. 6, p. 762-3).

As combinações citadas nos remetem ao conceito de hegemonia cujo exercício se concretiza pela articulação entre coerção e persuasão no âmbito da estrutura do Estado integral, ou seja, no encadeamento da ação política com a formação ideológica da sociedade. Gramsci se apoia em Maquiavel para explicitar a “dupla perspectiva” que caracteriza a hegemonia na formação do Estado moderno, em seus vários graus que se combinam na “dupla natureza do ‘Centauro maquiavélico’, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilização, do momento individual e do universal” (Gramsci, 1977, Q. 13, p. 1576).

Porém, nessa dupla natureza, deve prevalecer a hegemonia, ou seja, “pode-se dizer que a concepção essencialmente política é tão dominante em Maquiavel que o faz cometer erros militares”, tanto que suas reflexões sobre a guerra estão subordinadas à sua construção política, condicionada às exigências imediatas dadas pelo seu tempo histórico (Gramsci, 1977, Q. 13, p. 1573).

“Maquiavel examina especialmente as questões da grande política”, ou seja, a “criação de novos Estados, a conservação e a defesa de estruturas orgânicas no conjunto” e, neste sentido, O Príncipe é um livro com “acenos ao momento da hegemonia ou do consenso, ao lado daqueles da autoridade e da força” (Gramsci, 1977, Q. 13, p. 1564).

A hegemonia, conceito fundamental no pensamento do político sardo, é explicitada por ele a partir do conjunto de relações de forças nacionais e internacionais. Para Gramsci, nas condições sociais do início do século XX, era necessário pressupor que a luta de classes era uma luta não somente econômica e política, mas também cultural, visto que a formação do modo de pensar do senso comum na Itália se enraizava na tradição familiar e religiosa, que se consolidava por práticas educacionais repressivas que grande parcela da sociedade considerava como naturais.

A Igreja católica procura manter seu poder secular sobre a população pobre da Itália por meio de seus aparelhos ideológicos, que atingem o senso comum e esterilizam o modo de pensar. Para Gramsci (1977, Q. 11, p. 1384), os jesuítas são os representantes da Contrarreforma e configuram a “última grande ordem religiosa, de origem reacionária e autoritária, com caráter repressivo e ‘diplomático’, que assinalou, com o seu nascimento, o enrijecimento do organismo católico”.

Os jesuítas exerciam um forte controle sobre as inteligências, a congregação do altar riscava dos cérebros e dos livros as ideias perigosas. A atividade intelectual se reduzia a balidos lacrimosos acerca de cães e de artifícios, a censura eclesiástica tinha reduzido a Itália a um belíssimo canteiro de dormideiras soníferas e de violetas inócuas. A característica desta idade é a longuíssima discussão sobre a beleza, a pureza, a origem e o futuro da língua (Gramsci, 1975b, p. 183).

A educação repressiva faz parte do cotidiano da sociedade e se realimenta com as ideologias religiosas que, no caso da Itália da época de Gramsci, se traduzia no poder da Igreja católica e, no seu interior, na força controladora dos jesuítas e seu braço educativo expresso pelo catecismo e pela iniciação das crianças já no ensino escolar. O jesuitismo, “com o seu culto do Papa e a organização de um império espiritual absoluto”, representa “a fase mais recente do cristianismo católico” (Gramsci, 1977, Q. 23, p. 2233).

Gramsci também esclarece as estratégias dos intelectuais da Igreja para manter o seu domínio hegemônico: a “força das religiões e especialmente da Igreja Católica consistiu e consiste no fato de sentirem energicamente a necessidade da união doutrinária de toda a massa ‘religiosa’”, cuidando da união dos seus intelectuais. A “capacidade organizativa do clero no âmbito da cultura” possibilitou à Igreja católica criar uma unidade ideológica entre seus intelectuais e os simples. Sem dúvida, os “jesuítas foram os maiores arquitetos desse equilíbrio e para preservá-lo imprimiram à igreja um movimento progressivo”, mas lento e metódico, sem grandes mudanças (Gramsci, 1977, Q. 11, p. 1380-1381).

Esse movimento dos aparelhos ideológicos no contexto da realidade italiana do início do século XX na Itália apenas se ampliou no curso dos anos. Os jesuítas desempenharam uma tarefa importante de formação também na América Latina, concorrendo com franciscanos, dominicanos e outros grupos no interior da Igreja católica, nem sempre exercendo a função reacionária que os definiu na origem.

O século XXI apresenta um desenvolvimento tecnológico que possibilita aos grupos religiosos desenvolverem uma formação continuada do senso comum por meio de seus aparelhos ideológicos de evangelização que se estendem tanto à sociedade civil nos meios de comunicação de massa quanto ao aparato estatal, na atuação de políticos nas instituições do Estado. Retomando as reflexões de Dias (2012, p. 104) sobre as relações de

hegemonia, precisamos resistir à “sedução do discurso dominador, tão forte e imaginativo quanto possa ser”, a fim de criar as condições de emancipação ideológica já colocadas por Gramsci, ação que se esclarece como processo educativo.

4 O manual do exército e a educação

Não pretendemos entrar no mérito da importância da estrutura militar no contexto do Estado moderno, questão tratada por Gramsci em vários momentos dos cadernos e que, no Caderno 13, & 17, encontra sua explicitação mais concreta na análise das relações de forças, em primeiro lugar econômico-sociais, em segundo, políticas e em terceiro, das forças militares, divididas em três graus: militar, o técnico-militar em sentido estrito e o político-militar, com grande variedade de combinações (Gramsci, 1975, Q. 13, p. 1578-1589).

O que nos motiva neste artigo é a questão da educação repressiva como característica da sociedade moderna. No caso do “manual do cabo” referido por Gramsci na carta acima, a citação nos remete a refletir sobre a disciplina rígida e mesmo violenta que caracteriza a formação dos militares, tanto que se pode sair do exército, mas o exército não sai da subjetividade de quem permaneceu alguns anos recebendo a sua formação. A repressão violenta dos sentidos e do modo de pensar nas suas mais variadas formas gera o medo e se traduz em comportamentos submissos à ordem. A formação do comportamento cria hábitos conservadores que condicionam as relações afetivas e emocionais vividas no cotidiano familiar e social.

A palavra de ordem, a força bruta, o açoite, a ducha gelada, o insulto, a comida obrigatória, a solitária, o controle dos movimentos e a possibilidade de novas ameaças formam a subjetividade submissa e, quando não, geram a ansiedade, o pânico, o medo da exposição pública e da humilhação. A violência sofrida gera, em contrapartida, a necessidade de ser violento, de tentar resistir ou de exercer a força contra os mais fracos. Além da violência exposta e conhecida como uso da força, a violência simbólica exerce um controle ainda mais amplo, porque se introduz sub-repticiamente no que há de mais suscetível na interioridade do sujeito e forma o seu modo de ser.

O estudo da formação do exército brasileiro precisa ser inserido no contexto de nossa formação histórica, fato que Sodré (1979) explicitou no seu escrito sobre a História do Exército desde o período colonial, o Império e a República. Durante o Império, o recrutamento das tropas se fazia com aqueles que não tinham uma função específica no contexto da estrutura social e aos quais “restava servir à força”. Para ser eximido de participar bastava um atestado de boa conduta. “Exigir esta boa conduta para isentar-se do serviço era como denunciar a má conduta dos que ingressavam nas fileiras” (Sodré, 1979, p. 130).

Neste contexto, o processo educativo dos soldados se fazia com extrema disciplina e obediência à hierarquia funcional, mantida com severa sujeição, bem como subordinado a rígidos princípios morais fundamentados nas ideias de nação, pátria, ordem, segurança, obediência, moldando sujeitos políticos com influência decisiva sobre a formação da sociedade civil, visto que tais sujeitos retornam à convivência social. As regulamentações são especificadas na Constituição da Primeira República e nas constituições subsequentes.

Os Regulamentos do Ensino no Exército no Brasil apresentam as normas e determinações na formação disciplinar, teórica e técnica e se referem à formação de Oficiais (Marcusso, 2017). A formação dos soldados e oficiais tem como objetivo primordial a formação de cidadãos passivos, obedientes, com repercussões na formação cívica da sociedade civil. Para tanto, a força da linguagem se torna o instrumento fundamental na afirmação de conceitos básicos; são “formas discursivas que atuam na eliminação da subjetividade e da historicidade dos subalternos”, subtraindo sua racionalidade e sua afetividade para colocá-los no horizonte ideológico dos dominantes (Dias, 2012, p. 108).

No âmbito da educação, todo processo controlador e repressivo forma sujeitos passivos, sem condições efetivas de viver a liberdade, até porque são privados dessa experiência. Gramsci (1975d) acentua que, quando não temos o direito de expressar nosso pensamento em política, recorreremos à arte. Bertold Brecht (1986) foi exemplar na arte de explicitar as relações de poder e as formas de violência em sua obra dramática, em torno do tema do disciplinamento dos corpos, não apenas no exército de Hitler, mas

como uma característica da sociedade moderna, insensível à fome e à miséria dos habitantes de suas cidades.

5 Manual do cárcere: notas sobre as Cartas do Cárcere

As observações feitas por Gramsci nas Cartas do Cárcere revelam em profundidade as condições precárias de vida e a violência no sistema prisional italiano. A breve estada na Ilha de Ustica pareceu o paraíso ante o que lhe sobreveio depois. Sua passagem pelos sistemas prisionais da Itália, desde Palermo a Milão, é narrada em detalhes.

A “viagem de Palermo a Ustica foi cansativa: três tentativas de atravessar na tempestade... Algemas, correntes, ir até o porto, descer até a lancha que leva ao navio subir e descer escadas até a coberta e depois descer até a terceira classe”. Sempre com os pulsos algemados e acorrentado a outros três. Das várias observações sobre os presos, salientamos a divisão regional, de pertencimento, identificada por Gramsci: os “setentrionais, os do centro, os meridionais (com a Sicília) e os sardos”; estes formam um grupo separado, os setentrionais têm como “ponto de honra o fato de que são ladrões, batedores de carteira, golpistas, mas nunca derramaram sangue”; os romanos conservavam-se silenciosos; os meridionais dividiam-se em três grupos: o napolitano, o puglies e o siciliano; para estes, o “ponto de hora consiste em não ter roubado, mas vertido sangue” (Gramsci, 1975, 19/12/1926, p. 17-23).

Quinze dias depois, uma carta a Piero Sraffa anuncia o início do funcionamento de uma escola dividida em vários cursos e aberta tanto aos presos quanto aos habitantes da ilha. Gramsci esclarece que se pretende “compensar a necessidade de uma ordem escolar gradual com o fato de que os alunos, ainda que semianalfabetos, são intelectualmente desenvolvidos”. Completa acentuando que a chegada dos presos políticos “determinou uma transformação radical no lugar; estamos providenciando a instalação de luz elétrica, o relógio do campanário voltou a funcionar e talvez retomemos o projeto de construir um cais onde atracar o navio” (Gramsci, 1975, p. 30-31).

A temporada em Ustica termina em 20 de janeiro de 1927, quando Gramsci é repentinamente enviado para o cárcere de Milão, numa viagem que durou 19 dias, nos quais passou por inúmeras prisões. E descreve: “de modo geral a viagem foi para mim

como um longo filme: conheci e vi uma infinidade de tipos, dos mais vulgares e repugnantes aos mais curiosos” e interessantes. Salienta o encontro com um condenado a prisão perpétua: um homem de 46 anos e tendo cumprido já 22 anos de pena; e lhe recordou Farinata, o personagem do Inferno de Dante (Gramsci, 1975, p. 45-47).

Em carta de abril de 1927 ainda recorda a viagem de Ustica para Milão: “um mundo novo que conhecia apenas intelectualmente”; o mundo dos presos apresenta “coisas fantásticas e incríveis”; entre os fatos, as “comemorações ocasionais em sua homenagem”; “puglieses, calabreses e sicilianos organizam uma academia de esgrima com punhal conforme as regras dos 4 estados do submundo meridional”. “Os puglieses são os mestres de todos: esfaqueadores insuperáveis, com uma técnica cheia de segredos e mortal” (Gramsci, 1975, p. 72).

O “mundo subterrâneo é complexo, com uma vida própria de sentimentos, de pontos de vista, de pontos de honra, com hierarquias rígidas e formidáveis se revela a mim. As armas eram simples: os punhais friccionados na parede, de tal modo que a cal registrava os golpes na roupa” (Gramsci, 1975, p. 73).

Ainda nesta carta, Gramsci acentua que seria interessante analisar, de uma parte, o “regulamento carcerário e a psicologia que amadurece sobre ele e, de outro, sobre o contato com os prisioneiros e o pessoal da segurança” (Gramsci, 1975, p. 74). Nessas primeiras cartas tem-se a viva impressão de que nosso autor observa a realidade dos encarcerados como se ainda não fizesse parte dela. Mais tarde, em novembro de 1928, portanto já havia dois anos de sua prisão, o humor parece ter desaparecido e, analisando os fatos vividos, Gramsci escreve:

A rotina carcerária é como uma máquina monstruosa que oprime e nivela conforme uma certa série. Quando converso com homens que estão aqui 5, 10 anos, observo as deformações psíquicas que sofreram e me arrepio e caio na dúvida quanto às previsões sobre mim mesmo. Creio que os que observo também pensaram em não se deixar esmagar e hoje encontram-se transformados e não o sabem (Gramsci, 1975, p. 236).

A partir das Cartas de Gramsci, podemos ter uma noção da estrutura do sistema prisional italiano do início do século XX, características que ele analisa em profundidade e que retomamos para explicitar as peculiaridades da educação repressiva a partir desse contexto. Ao escrever sobre o cárcere italiano, Gramsci acentua o quanto a situação vivida no cotidiano influencia na formação da subjetividade do encarcerado, tomando como referência a sua própria situação na passagem de uma vida bem-humorada a uma situação de depressão profunda.

Em termos de educação, as marcas na subjetividade do prisioneiro são permanentes, tanto que Gramsci as denomina ciclópicas, ou seja, gigantescas, condicionando a vida futura. Numa sociedade marcada por princípios conservadores e por uma desigualdade social avassaladora, as consequências para as classes populares são devastadoras.

Vamos apenas mencionar em linhas gerais as condições do sistema prisional brasileiro, que abriga os que transgridem a lei e a ordem e não possuem condições econômicas para constituir uma boa defesa: ladrões de pequeno porte, ao lado de grandes assaltantes, traficantes e homicidas, sujeitos a uma disciplina férrea. Uma das questões mais visíveis é a falta de infraestrutura e a superlotação das prisões, a falta de funcionários especializados, entre outros fatores, tornam o sistema penitenciário profundamente cruel e desumano.

A educação repressiva, porém, vem de muito antes: da miséria e da insegurança social, da estrutura familiar esfacelada, da incompreensão dos direitos, da violência contra a criança e o adolescente filhos das classes trabalhadoras que, ao transgredirem alguma norma social são colocados em regime de confinamento, com alguma assistência educativa garantida por políticas públicas, mas sempre sob pressão, porque as políticas socioeducativas são punitivas, tanto pelo espaço de confinamento quanto pelo caráter repressivo e controlador do sistema interno das instituições socioeducativas. A violência social crescente, as necessidades de trabalho das mulheres que são arrimo de família, a falta de creches e de escolas de qualidade que recebam as crianças, são alguns dos fatores estruturais de geração de violência social. A prisão tem o objetivo de corrigir, de adaptar à ordem instituída, de transformar os indivíduos em sua subjetividade.

O país viveu a situação de repressão violenta por mais de vinte anos no decurso da ditadura militar, com rastros visíveis na cultura conservadora que se estende até os nossos dias. As lutas e os movimentos de resistência no campo da educação não conseguem avançar além dos marcos da ordem imposta por políticas educacionais conservadoras que marcam a formação das novas gerações. Construir as bases de uma educação emancipatória implica em retomar sempre as formas de resistência mantendo viva a história das lutas sociais por melhores condições educacionais.

6 Para concluir

Voltamos a acentuar que, para Gramsci, a educação se efetiva no curso da vida da sociedade, na medida em que convivemos e nos inserimos no contexto social e histórico, de modo que a educação precisa ser entendida em sua relação com a política, com o pressuposto da luta de classes. Dessa perspectiva, fazemos algumas considerações sobre as bases repressivas que fazem parte de nossa tradição histórica e do processo educativo em nossa sociedade. Os embates ideológicos tiveram nuances diversas a partir da conjuntura e das correlações de forças políticas no contexto dos países latino-americanos. No Brasil, o conservadorismo religioso no âmbito da Igreja católica tomou espaço na medida em que o evangelismo e o fundamentalismo pentecostal ascendiam entre os simples.

A política nacional, a partir dos pressupostos ideológicos que caracterizam a nossa formação histórica, é constituída por blocos de poder que se organizam no interior do Congresso Nacional e que representam setores do capital, como expressões do setor agrícola, do setor industrial e de bancos. A estes se juntam os membros das “bancadas religiosa e militar”, fruto de nossas contradições históricas, ranços sociais que retornam de tempos em tempos.

Da perspectiva das classes trabalhadoras, as demandas no campo educacional são urgentes, no sentido de gerar as condições de uma verdadeira emancipação intelectual, base para uma emancipação política efetiva. É a partir do processo educativo e artístico que poderemos superar a raiz autoritária de nossas relações sociais e construir as bases de uma verdadeira democracia.

Referências

- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996.
- BRECHT, Bertold. *Poemas (1913-1956)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DIAS, Edmundo Fernandes. *Revolução passiva e modo de vida*. São Paulo: Ed. Sundermann, 2012.
- GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- GRAMSCI, Antonio. *Lettere dal carcere*. Torino: Einaudi, 1975.
- GRAMSCI, Antonio, *Sotto la mole (1916-1920)*. Torino: Einaudi, 1975c.
- GRAMSCI, Antonio. *Scritti Giovanili (1914-1918)*. Torino: Einaudi, 1975d.
- HOBBS, Thomas, *Leviatã (matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil)*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- LENIN, Vladimir Ilich. O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: OBRAS ESCOLHIDAS. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. v. 1.
- MARCUSSO, Marcus Fernandes. *Educação militar brasileira: os regulamentos de ensino da Escola de Estado-Maior do Exército (1905-1937)*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9316/TeseMFM.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 maio 2023.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

ⁱ Artigo recebido em 29/10/2023
Artigo aprovado em 27/05/2024